



DIREÇÃO REDE E CONCESSÕES NORTE
Avenida do Sol, n.º 18 - 1.º
4714-509 BRAGA
Telef. 253 005 000
Fax 253 005 091

À Eng. Luis Gonçalves
para as devidas ações.

18/03/2019

Exmo. Senhor
Câmara Municipal de Caminha
Largo Calouste Gulbenkian
4910-113 Caminha

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data:
		Carta 215/19/ D-DRCN-AVC	13 - 3 - 2019

Assunto: Aprovação de Projeto de Infraestruturas Elétricas de Serviço Público
Requerente: Município de Caminha
Localização: Vila Prala de Âncora
Projeto Nº INF 048/19-CMN

Exmo. Senhor,

Junto remetemos a V. Exa. em anexo, 1 exemplar do projeto aprovado das infraestruturas elétricas do loteamento/urbanização em apreço, promovido pelo Requerente em assunto, o qual deverá cumprir as condições técnico-administrativas apresentadas em Anexo bem como as seguidamente referenciadas:

1. Responsabilizar-se pela execução das infraestruturas elétricas do presente loteamento/urbanização em conformidade com o projeto aprovado e sob fiscalização da EDP Distribuição, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.
2. Fornecer à EDP Distribuição, no prazo de 30 (trinta) dias, uma coleção de todas as peças desenhadas do projeto das infraestruturas elétricas, de acordo com as retificações aprovadas, em formato digital com extensão dwg ou dxf, georreferenciados no sistema hayford – gauss, datum 73.
3. Solicitar e liquidar na EDP Distribuição, pelo menos com 10 meses de antecedência, as Importâncias devidas aos encargos do Requerente, designadamente:
 - ligações da infraestrutura à rede pública;
 - modificações da rede Alta Tensão/Média Tensão/Baixa Tensão existente;
 - encargos relativos a comparticipação nas redes.
4. O fornecimento de energia elétrica aos diversos edifícios ou ligações provisórias para obras só poderá efetuar-se após a conclusão, receção e ligação das infraestruturas elétricas do loteamento/urbanização à rede pública.
5. A ligação do(s) respetivo(s) circuito(s) de iluminação pública, só será possível após autorização e celebração de

TB

contrato(s) de fornecimento de energia elétrica, pela autarquia onde se inserem esta(s) infraestrutura(s).

6. A EDP Distribuição reserva-se o direito de arquivar todo o processo, e/ou de não proceder à sua ligação à rede de distribuição de energia elétrica, nem à instalação de quaisquer contadores (ainda que de obras ou provisórios), no caso do respetivo Requerente não cumprir integralmente as condições contidas na presente comunicação e respetivo Anexo (condições técnico-administrativas).

7. Equipamento LED padronizado de uso não corrente (equipamento qualificado e não corrente)

Pela análise do projeto, constatando-se a opção por luminárias LED, quando for necessária a sua substituição, o Município deverá pagar à EDP Distribuição a comparticipação correspondente à diferença entre o custo das luminárias de uso corrente e o custo das luminárias LED de substituição. Excetuam-se os casos com origem em terceiro devidamente identificado. Caso o Município não participe nos moldes referidos dentro do prazo concedido para o efeito, a substituição será efetuada por luminária de uso corrente. Em alternativa ao pagamento da comparticipação, o Município poderá assegurar a entrega da luminária LED de substituição.

Equipamento não padronizado (equipamento não qualificado já com parecer favorável da DTI)

Constatando-se, pela análise do projeto, que os focos luminosos previstos se enquadram como equipamento não padronizado, as despesas de conservação dos mesmos constituem encargos da Câmara Municipal, nos termos previstos no nº4, artº 31 da Portaria 454/2001 de 5 de maio. Por razões de segurança, será sempre exigida a montagem de aparelho de corte de entrada (ACE), constituindo fronteira entre as responsabilidades de conservação da EDP Distribuição e da Câmara Municipal.

8. O prazo de validade da aprovação deste projeto será de 2 anos a partir da data da presente carta.

9. O Requerente será responsável pela execução de todos os trabalhos de construção civil, incluindo abertura, tapamento e reposição de valas.


10. O Requerente será responsável pela execução e respetivas autorizações para colocação de portinholas nos clientes.

11. Toda a iluminação decorativa deverá estar devidamente separada da iluminação pública, para o efeito deverá o requerente elaborar contratos independentes.

As condições supra apresentadas, caso mereçam a concordância da Câmara, deverão constar do alvará de loteamento/urbanização, do qual, após emissão, solicitamos que nos seja remetida uma cópia.

Com os melhores cumprimentos,

Direção Rede e Concessões Norte
Rede e Clientes Viana do Castelo



Miguel Braz Pinto
(Subdiretor)

CONDIÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS

Aprovação de Projeto de Infraestruturas Elétricas de Serviço Público

Requerente: Município de Caminha

Localização: Vila Praia de Âncora

Projeto Nº INF 048/19-CMN

1. A execução dos trabalhos obedecerá ao projeto previamente aprovado pela EDP Distribuição. Eventuais alterações deverão ser atempadamente justificadas e merecer o acordo desta Empresa, e da Câmara Municipal, na parte referente à Iluminação Pública. Sempre que ocorram alterações/correções ao projeto, é necessário, após acordo da EDP Distribuição e/ou Câmara Municipal, fazer entrega de uma cópia devidamente atualizada das peças desenhadas em suporte informático em formato dwg, com pontos georreferenciados no sistema Hayford – Gauss, Datum 73.
2. Dever-nos-á ser comunicado o início de trabalhos pela empresa responsável pela execução das infraestruturas elétricas, a qual deverá cumprir as seguintes condições:
 - Estar certificado no “Sistema de Garantia de Qualidade”, de acordo com as Normas ISO 9000 ou equivalentes ou, em alternativa, ter sido qualificada no âmbito do Sistema de Qualificação de Fornecedores da EDP Distribuição para executar os trabalhos pretendidos, atenta a sua natureza e valor;
 - Ser titular de Alvará, Título de Registo ou registo no InCI, I.P., que habilite à execução de trabalhos incluídos na categoria “Instalações elétricas e mecânicas” e na correspondente subcategoria aplicável, devendo o valor orçamentado para os trabalhos a realizar não ultrapassar o valor das classes correspondentes à categoria e subcategorias em causa. Tratando-se de trabalhos com valor inferior a 10% do limite fixado para a classe 1, o Título de Registo emitido pelo InCI, I.P. poderá substituir o Alvará ou Título de Registo já referidos, para os mesmos efeitos. Estando em causa entidades legalmente estabelecidas noutros Estados Membros da União Europeia e não estabelecidas em Portugal, o seu registo no InCI, I.P., poderá substituir o Alvará ou Título de Registo já referidos, para os mesmos efeitos;
 - Dispor de um técnico responsável pelo projeto (existindo projeto a seu cargo) e um técnico responsável pela execução da infraestrutura a construir e a ligar às redes, com base na legislação em vigor, devendo, cada um deles, subscrever o correspondente termo de responsabilidade.
3. O executante deverá tomar conhecimento prévio, junto dos respetivos distribuidores ou operadores, de todos os traçados aéreos e/ou subterrâneos de outras canalizações coletivas (de energia elétrica, telecomunicações, águas, saneamento, gás, etc.) existentes no local, de modo a evitar a sua danificação, responsabilizando-se integralmente pela reparação das partes desses traçados que eventualmente venham a ser danificados.
4. Exclusivamente no âmbito e para os efeitos da legislação em vigor aplicável ao setor elétrico, a fiscalização da obra será sempre da responsabilidade da EDP Distribuição. O Requerente não poderá dar início aos trabalhos sem a EDP Distribuição confirmar estarem reunidas as condições legais para tal, devendo, para o efeito, apresentar um cronograma de execução das obras, sob pena dos mesmos poderem não ser aceites por esta Empresa.
5. A natureza de alguns trabalhos que possam interferir, quer com instalações da EDP Distribuição já construídas, quer com idênticas instalações de outros operadores, deverá implicar a presença de um elemento da fiscalização desta Empresa, pelo que os trabalhos não deverão ter início sem que se verifique aquela presença.
6. O Requerente será responsável pela coordenação da montagem das redes de águas, gás, saneamento, telefones e eletricidade por forma a que a instalação da infraestrutura elétrica seja feita logo a seguir ao das redes de águas, gás e saneamento e segundo o esquema de ocupação do subsolo definido pela Câmara Municipal.
7. O Requerente será o único responsável pela reparação das avarias na eventualidade das redes de energia

EDP Distribuição - Energia, S.A. Sede Social: Rua Camilo Castelo Branco, 43 - 1050-044 Lisboa Portugal

Matrícula na CRC e NIPC 504394029 Capital Social: 200 013 000 euros

SGD - Carta 215/19/D-DRCN-AVC - Pág 3

FDI

elétrica virem a ser danificadas na sequência da instalação de outras infraestruturas.

8. Os materiais a aplicar deverão ser de boa qualidade e obedecer às especificações da EDP Distribuição.

9. As amostras dos materiais deverão ser previamente submetidas à aprovação da fiscalização com a indicação dos fabricantes propostos e das datas previstas para os ensaios/receções, os quais serão a expensas do Requerente ficando os respetivos boletins arquivados nesta Empresa. Deverão ser efetuados ensaios de conformidade, na presença da EDP Distribuição, aos materiais e equipamentos instalados, nomeadamente cabos isolados, transformadores de potência e armários de distribuição.

10. Durante o prazo de execução e de garantia, o Requerente será responsável pela reparação de todos os defeitos ou prejuízos que se verifiquem na obra em resultado de qualquer uma das causas a seguir descritas, que se tornem patentes durante o período de garantia:

a) defeito nos materiais e equipamentos, nos processos de fabrico, construção e montagem;

b) qualquer ato ou omissão do Requerente, empreiteiros ou subempreiteiros por si contratados;

11. O Requerente será responsável pela consequente substituição de qualquer peça, componente ou equipamento defeituoso por si fornecido.

12. Todas as reparações e substituições serão feitas com o mínimo de demora possível, sem encargos para a EDP Distribuição e com o mínimo de perturbação possível para a exploração.

13. Durante o período de garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que substituir outro ou outros em razão da mesma garantia, ou qualquer parte da obra que tenha sido reparada, também em razão da mesma garantia, terá, a partir da data da sua entrada em serviço, um período de garantia idêntico ao inicial.

14. É da responsabilidade do requerente o fornecimento e montagem das infraestruturas que constam no projeto aprovado, ressalvando-se o seguinte:

a) *Equipamento LED padronizado de uso não corrente (equipamento qualificado e não corrente)*

Pela análise do projeto, constatando-se a opção por luminárias LED, quando for necessária a sua substituição, o Município deverá pagar à EDP Distribuição a comparticipação correspondente à diferença entre o custo das luminárias de uso corrente e o custo das luminárias LED de substituição. Excetuam-se os casos com origem em terceiro devidamente identificado. Caso o Município não participe nos moldes referidos dentro do prazo concedido para o efeito, a substituição será efetuada por luminária de uso corrente. Em alternativa ao pagamento da comparticipação, o Município poderá assegurar a entrega da luminária LED de substituição.

Equipamento não padronizado (equipamento não qualificado já com parecer favorável da DTI)

Constatando-se, pela análise do projeto, que os focos luminosos previstos se enquadram como equipamento não padronizado, as despesas de conservação dos mesmos constituem encargos da Câmara Municipal, nos termos previstos no nº4, artº 31 da Portaria 454/2001 de 5 de maio. Por razões de segurança, será sempre exigida a montagem de aparelho de corte de entrada (ACE), constituindo fronteira entre as responsabilidades de conservação da EDP Distribuição e da Câmara Municipal.

f) Os encargos resultantes de eventuais modificações de infraestruturas (não da iniciativa da EDP), decorrentes da verificação de incompatibilidades com futura implantação dos lotes, não constituirão em circunstância alguma responsabilidade da EDP.

Recomenda-se a consulta do "Guia Técnico de Urbanizações", disponível no site www.edpdistribuicao.pt

TBI